

jogo

ANC

MARCO
ANTÔNIO
ROCHA

ECONÔMICO

Uma oportuna decisão da Constituinte

ABR 1988

Quem está achando que a maior transferência de recursos fiscais da União para os municípios — de acordo com a nova Constituição — vai resultar em desperdícios com “fontes luminosas”, deveria meditar um pouco sobre como a União aplica nosso dinheiro. Fontes luminosas geram alguns empregos, movimentam o comércio nas praças do interior e embelezam a paisagem. Podem não ter utilidade, mas não infernizam a vida de ninguém. Ao passo que as Açominas, as Nuclebrás e as Ferrovias do Aço da vida, além de muito menos úteis até agora do que qualquer fonte luminosa, custaram muito mais caro e vão continuar custando.

O enfraquecimento financeiro do governo federal, nesta quadra da nossa história, não é um mal; ao contrário, pode fazer muito bem para o Brasil. Prefeitos são muito mais fiscalizáveis pelo eleitorado do que ministros de Estado, para não dizer presidentes da República. Além disso, se porventura alguns se entregam a dilapidações e demasias financeiras estas ficam restritas aos seus próprios orçamentos, não se transformam em megadesperdícios federais. Finalmente, em favor desta minha tese de que o dinheiro dos contribuintes estará mais seguro do que atualmente, no novo esquema, lembremos a emulação e o espírito de competição existente entre municípios contíguos: as populações locais estarão comparando a maneira como prefeitos de cidades próximas utilizam fundos federais de dimensões análogas, e tirando conclusões.

Não procede, portanto, a idéia de que prefeitos sejam necessária e automaticamente piores administradores de fundos do que autoridades federais. Esse argumento foi muito utilizado nos idos de 64 por autoridades militares que na verdade queriam concentrar poderes e tutelar a Nação, apoiadas, na época, por espíritos civis ainda crédulos nas boas intenções da Revolução recém inaugurada. Esse “entulho autoritário” funcionou nos últimos 20 anos como instrumento de barganha e tutela em benefício do poder federal (militar) e não assegurou aplicação mais racional, comedida e rentável dos recursos fiscais. De qualquer forma, o desperdício municipal é muito menos danoso do que o desperdício federal. Tanto quanto a arrogância federal é muito mais prejudicial do que a municipal. Os prefeitos é que sabem como vive o povo neste país e quais as suas reais necessidades; muito mais do que os tecnocratas de Brasília.

Ninguém precisa lamentar a eventual desativação de programas federais ditos “sociais”. Jamais funcionaram mesmo. Mais de meio século de programas federais “sociais”, inaugurados com Getúlio Vargas e ampliados por seus sucessores, não foi suficiente nem mesmo para disfarçar a miséria absoluta em que vive parte da população brasileira, quanto mais extirpá-la. Serviram isso sim para alimentar a demagogia política e enriquecer fornecedores. Talvez esteja na hora de desativá-los mesmo, ou entregá-los à gestão dos prefeitos municipais. Todo prefeito gostaria imensamente de extirpar a miséria nas suas respectivas cidades e podem crer que se entregariam a isso com mais denuído e eficiência do que qualquer órgão de Brasília. Pelo menos os recursos chegariam mais depressa e menos dilapidados aos beneficiários. De cada dólar federal destinado a programas sociais não mais do que 25 ou 30 cents chegam efetivamente aos beneficiários, quando chegam. O Banco Mundial acaba de divulgar um contundente estudo sobre a má gestão dos programas “sociais” brasileiros, particularmente aqueles destinados ao Nordeste.

Entre a probabilidade do desperdício municipal e a certeza comprovada da dilapidação federal estamos decididamente inclinados a optar pela primeira. O governo federal vai ficar sem dinheiro para construir siderúrgicas??? Ótimo. Alguém as fará. Nós não precisamos, como cidadãos, necessariamente, comprar aço do governo federal. O Gerdau pode produzir bom aço, mais barato, com seu próprio dinheiro. O que nós, como cidadãos, precisamos, imperativamente, comprar do governo federal, são os serviços de Justiça, Educação, Segurança, Saneamento etc. E é nisso que ele será obrigado a concentrar os recursos fiscais que a nova Constituição deixará em suas mãos. Excelente. Porque são esses, exatamente, os motivos pelos quais precisamos de governo e aos quais os governos devem a aceitação e a tolerância públicas.

Governos são um mal necessário. Sendo necessários, devemos tolerá-los. Sendo um mal, precisamos limitá-los. Começando por limitar sua capacidade e seu potencial (ilimitado) de dilapidação fiscal.